

PADRÕES DE FECUNDIDADE NA REGIÃO NORTE E ESTADO DO PARÁ

Dalva Lúcia de Souza FRANÇA*

Resumo

O estudo da fecundidade é de grande importância para o planejamento, a avaliação de políticas públicas e a elaboração de diagnósticos setoriais. Nesse sentido, a abordagem desse artigo privilegia, a partir de dados secundários, o comportamento reprodutivo da mulher nortista e paraense a partir de 1970 e tem como principal objetivo a análise da evolução nas taxas de fecundidade (Taxa de Fecundidade Total - TFT, Taxa Específica de Fecundidade - TEF e o Padrão Etário da Fecundidade), traçando comparações de tais indicadores em nível de Brasil e desagregadas por situação de domicílio, renda e instrução das mulheres. A redução do número de filhos por mulher tem sido um aspecto marcante da sociedade brasileira nas últimas décadas, no entanto, os resultados da pesquisa dimensionam a prevalência das elevadas taxas de fecundidade no Estado do Pará e na Região Norte quando comparadas em nível nacional e regional.

Palavras-chave: taxas de fecundidade, transição demográfica, anticoncepção

FERTILITY PATTERNS IN THE NORTH REGION AND THE STATE OF PARÁ

Abstract

The study of fertility is of great importance for planning, formulation of public policies and elaboration of sociodemographic indicators. In that sense, this article focuses on the reproductive behavior of women of the North region and the state of Pará since 1970. Its main objective is to analyse fertility patterns (Total Fertility Rate - TFR, Specific Fertility Rate- SRF and the age Fertility Patterns), making comparisons of such indicators at the level of Brazil disaggregating by urban/rural households, income and instruction of women. The study shows that reduction of the number of children per woman has been a striking aspect of Brazilian society in recent decades. However, the results of the study also shows the prevalence of high rates of fertility in the state of Pará and in the North Region when comparing them at national and regional levels.

Keywords: fertility rates, demographic transition, birth control

INTRODUÇÃO

A fecundidade é uma das componentes demográficas mais significativas no estudo da dinâmica da população porque afeta de maneira profunda a estrutura etária.¹ Além disso, “A redução dos níveis de fecundidade nos últimos 50 anos foi a principal razão para a

* Especialista em Geografia Humana pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestre em Geografia pela UFPA; Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção, Paraguai; e professora de Ensino Básico Técnico e Tecnológico da Escola de Aplicação da UFPA. Principal área de estudo: Dinâmica Demográfica. Endereço eletrônico: dalvalucia@ufpa.br

¹ Estrutura etária é a composição por idade da população: de 0 a 14 anos corresponde ao grupo de crianças e adolescentes; idade potencialmente ativa de 15 a 64 anos; e idosos com 65 anos ou mais (IBGE, 2009).

queda do ritmo de crescimento da população brasileira” (IBGE, 2012b, p. 72). Nos anos de 1950, a taxa média geométrica de crescimento anual da população brasileira era de aproximadamente 3,2 %. No decênio 2000/2010, atingiu a cifra de 1,17% (IBGE, 2003a; 2012b).

Nesse contexto, a transição demográfica brasileira (passagem dos níveis mais elevados para níveis menos elevados de natalidade² e de mortalidade) foi iniciada por volta da década de 1940, com o declínio da mortalidade. No entanto, o aspecto mais marcante dessa transição no país foi o rápido declínio da natalidade, observada a partir de meados dos anos de 1960, acompanhada na mesma forma por uma queda acentuada da fecundidade.

A expressão fecundidade é usada para indicar o desempenho reprodutivo efetivo das mulheres, ou seja, se refere ao número de filhos vivos tidos por uma mulher ou grupo de mulheres durante seu período reprodutivo (da menarca a menopausa) que se convencionou a considerar, a partir do censo 2000, aquele compreendido entre 10 e 49 anos de idade.

Como bem assinala Berquó (2001, p. 28), mudanças demográficas significativas ocorreram no Brasil na segunda metade do século XX: “A mais importante foi a queda acentuada da fecundidade, que teve impacto direto na desaceleração do crescimento da população, na sua estrutura etária [...] e na redução do tamanho das famílias”, onde o número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final de seu período reprodutivo, denominado de taxa de fecundidade total (TFT)³ passou de 6,16 em 1940 para 6,28 em 1960, 4,35 em 1980 e 2,38 em 2000 (IBGE, 2003b). No ano 2010, o número médio de filhos tidos nascidos vivos por mulher ao final de seu período fértil foi de 1,90 filhos (IBGE, 2012a), (FIGURA 1). Acrescenta Berquó que tais indicadores refletem a regulação da fecundidade via métodos modernos de contracepção, que conferiu maior autonomia ao exercício da sexualidade e dos direitos reprodutivos, além de novas possibilidades de estilos de vida das diferentes camadas sociais.

² A natalidade mede a proporção que os nascidos vivos representam sobre o total da população. A diferença entre as taxas brutas de natalidade e de mortalidade num período fixado determina o crescimento vegetativo de uma população (Berquó, 1980).

³ A taxa de fecundidade total (TFT) é o principal determinante da dinâmica demográfica e expressa a situação reprodutiva de uma mulher pertencente a uma coorte hipotética, sujeita às taxas específicas de fecundidade (TEF) por idade, observadas na população em estudo, supondo-se a ausência de mortalidade nesta coorte (IBGE, 2009).

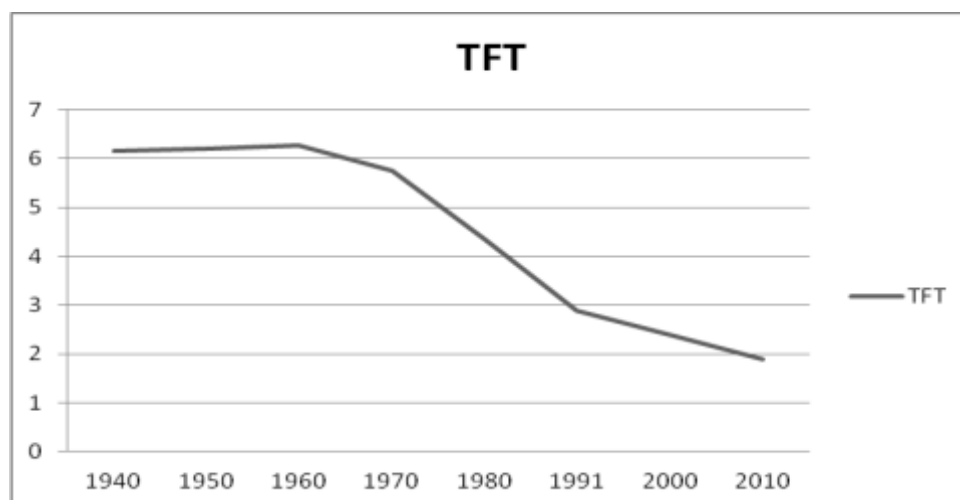


Figura 1 – Evolução das Taxas de Fecundidade Total no Brasil, 1940-2010

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2012b, p. 73)

Segundo o IBGE (2009), em 2006, a TFT no Brasil chega a 1,99 filhos por mulher, mostrando que a fecundidade no país já se encontrava abaixo de seu nível de reposição⁴ naquele ano. Tais valores traduzem o resultado de um processo intenso e acelerado de declínio da fecundidade ocorrido na sociedade brasileira, principalmente a partir dos anos 1970.

Diferenças significativas marcam o regime de fecundidade nas cinco Grandes Regiões brasileiras, embora em todas elas tenha ocorrido aumento no percentual de mulheres com baixos níveis de fecundidade (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2005). Dados do IBGE (2003b) indicam que os maiores percentuais de queda da fecundidade, entre 1991 e 2000, ocorreram nas Grandes Regiões Nordeste e Norte, regiões onde prevalecem os mais elevados níveis das Taxas de Fecundidade Total. Enquanto o percentual de queda referente à média nacional foi de 17,73 %, as Regiões Nordeste e Norte registraram cifras de 28,36 % e 24,72 %, respectivamente, já as Regiões Sudeste e Sul registraram os menores declínios (11,20 % e 10,66 %, respectivamente).

Entre os anos 2000 e 2010, a taxa de fecundidade no Brasil apresentou queda de 20,1%. O declínio ocorreu em todas as regiões, observando-se as maiores quedas no Nordeste (23,4%) e no Norte (21,8%), embora essas duas regiões possuíssem os mais altos níveis de fecundidade, seguidas pelo Sul e Sudeste (cerca de 20,0%, ambas) e pelo Centro-Oeste, com a menor queda (14,5%) (IBGE, 2012a). Portanto, o estreitamento dos diferenciais de

⁴ O nível de reposição corresponde ao nível necessário para repor as gerações, ou seja, corresponde à taxa de fecundidade de 2,1 filhos.

fecundidade entre as diversas desagregações geográficas do país vem ocorrendo ao longo do tempo, ocasionado, principalmente na atualidade, pelas quedas mais pronunciadas observadas nas áreas de menor desenvolvimento econômico e social, como é o caso dos Estados das Regiões Norte e Nordeste.

Tal comportamento no regime de fecundidade da mulher brasileira em períodos recentes pode ser reflexo de Políticas na área da saúde reprodutiva em curso no Brasil, orientadas pela Lei do Planejamento familiar (Lei nº 9.263, 1996) e pela Portaria 144, do Ministério da Saúde, que vieram preencher uma lacuna no sentido de garantia dos direitos reprodutivos de homens e mulheres. No entanto, a literatura demográfica aponta várias razões que explicam o declínio da fecundidade no Brasil, onde a maioria encontra respaldo nos padrões de desenvolvimento sócio-econômico como reflexo do crescimento urbano-industrial, político-institucional e as chamadas variáveis intermediárias inibidoras da fecundidade, como o uso de métodos anticoncepcionais. Outro aspecto a considerar nas análises do comportamento reprodutivo são as relações de gênero, que pela sua complexidade e subjetividade, se identificam com várias dimensões da vida social e cultural como crenças, costumes e valores, e não necessariamente com o desenvolvimento econômico.

Therborn (2006), no esquema que propõe para a compreensão da queda da fecundidade, evidencia o senso de domínio pessoal, através do controle preventivo da natalidade, e o senso dos benefícios de se ter ou não filhos. Therborn aponta como agentes-chave para que ocorra a mudança da fecundidade a posição social da mulher no sistema familiar; e a mudança cultural do curso da vida pessoal, ou seja, a percepção dos custos e benefícios dos filhos.

Desde a década de 1990 do século XX, a modernização tecnológica tem permitido ao IBGE o refinamento e a publicação de estimativas populacionais, as quais, têm sido de fundamental importância na análise de indicadores sócio-demográficos e alimentam as bases de informações de Ministérios e Secretarias Estaduais e Municipais da área social para a implementação e avaliação de seus respectivos programas. Além disso, “em cumprimento a dispositivo constitucional, as estimativas da população constituem o principal parâmetro para a distribuição, conduzida pelo Tribunal de Contas da União, das quotas partes relativo ao Fundo de Participação de Estados e Municípios” (IBGE, 2003c, p. 2).

Portanto, o estudo da fecundidade é de grande importância para o planejamento, a avaliação de políticas públicas e a elaboração de diagnósticos setoriais, já que representa uma

das componentes demográficas fundamentais ao entendimento e análise do tamanho, da composição e da evolução da população de um determinado lugar. Nesse contexto, as análises dos níveis da fecundidade (TFT) e dos padrões (TEF) são obtidas principalmente a partir dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD), das Pesquisas Nacionais de Demografia e Saúde (PNDS) e do Sistema de Informações Sobre Nascidos Vivos (SINASC).

Tendo o cenário acima descrito como contexto para o entendimento do comportamento reprodutivo da mulher nortista e paraense a partir de 1970, este artigo foi produzido a partir de dados secundários obtidos nas publicas do IBGE e nos bancos de dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (DATASUS) do Ministério da Saúde e tem como principal objetivo a análise da evolução nas taxas de fecundidade (níveis – TFT, padrões – TEF e Idade Média da Fecundidade) na Região Norte e Estado do Pará, desagregadas por situação de domicílio, renda e instrução das mulheres e traçando comparações de tais indicadores em nível de Brasil.

NÍVEIS DE FECUNDIDADE

As transformações no padrão demográfico brasileiro começam a ocorrer inicialmente e de forma tímida, a partir dos anos 1940. O IBGE (2003a, 2009), ao analisar a os níveis da fecundidade no Brasil, através da evolução da TFT, afirma que ate meados da década de 1960, essa componente demográfica apresentava-se em patamares elevados. Nesse período, inicia no país a difusão dos métodos anticonceptivos orais, particularmente no Centro-Sul.

Até 1960, a TFT no Brasil era levemente superior a 6 filhos por mulher, caindo, em 1970, para 5,76 filhos, em consequência da maior redução observada na região Sudeste, por se tratar da região mais urbanizada do país, proporcionando um maior acesso das mulheres aos meios existentes para evitar uma gravidez não desejada e inserção no mercado de trabalho. Nas Regiões Sul e Centro-Oeste, o início da transição da fecundidade ocorre a partir dos primeiros anos da década de 1970, enquanto nas Regiões Norte e Nordeste este fenômeno se verifica no início da década de 1980, com a prática de uma política não oficializada de controle da natalidade, principalmente através da esterilização feminina (IBGE, 2003a, 2009).

Durante as décadas de 1980 e 1990, manteve-se o ritmo de declínio da TFT no Brasil, chegando-se, em 2000, a estimativa da ordem de 2,38 filhos por mulher.

Trata-se de um vertiginoso e espetacular declínio num tempo bastante reduzido (30 anos), quando comparado com a experiência anterior dos países desenvolvidos, cujo processo teve uma duração superior a um século para atingir patamares similares (IBGE, 2009, p. 33).

6

As Regiões Norte e Nordeste, em 1970, apresentavam as mais elevadas TFT, com 8,15 e 7,53 filhos por mulher respectivamente, enquanto a Região Sudeste já apresentava valores abaixo dos 5 filhos. O processo de declínio da fecundidade, sobretudo a partir dos anos 1980, generalizou-se por todas as regiões e grupos sociais, de tal forma que, em 2000, mesmo as regiões que antes tinham fecundidade elevada já apresentavam taxas reduzidas, como é o caso da região Norte, que apesar de manter as mais elevadas taxas de fecundidade do país, sofreu uma redução da ordem de 3,29 filhos por mulher no período 1980 / 2000, enquanto o valor da TFT da Região Sudeste tinha alcançado seu nível de reposição, com 2,1 filhos por mulher.

A distinção dos padrões regionais no comportamento reprodutivo revela nitidamente entre 1960 e 1980, a desigual intensidade da modernização econômica, social e cultural do país. A partir da década de 1970, no entanto, com a intensificação do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil, a dinâmica populacional brasileira passa a conhecer um novo fenômeno, ou seja, “adequou a reprodução demográfica à lógica institucional e ideológica das relações capitalistas modernas” (SIMÕES, 2006, p. 56), generalizando-se por todas as regiões e grupos sociais, um notável declínio da fecundidade.

A observação de Simões (2006) diz respeito às políticas demográficas adotadas pelo governo brasileiro no século XX, ou seja, até os anos de 1970, com o slogan de povoar o território, tendo em vista a segurança nacional e o maior aproveitamento dos recursos naturais, o governo federal criou benefícios como o auxílio natalidade e o salário-família que se mostravam como estímulo à natalidade, a partir desse período, e atendendo aos interesses dos países capitalistas centrais que argumentavam que o crescimento populacional acentuado era um obstáculo ao desenvolvimento econômico (teoria Neomalthusiana), associado ao fim do milagre brasileiro no início dos anos de 1970, o governo passou a incentivar o controle da natalidade através do planejamento familiar. A partir desse período, a cultura da esterilização feminina se propaga no país, principalmente com a atuação da BEMFAM – Sociedade

Brasileira de Bem-Estar da Família, que passou a atuar com liberdade na distribuição de métodos anticonceptivos (IBGE, 2007b).

No ano 2010, o número médio de filhos tidos nascidos vivos por mulher ao final de seu período fértil, no Brasil, foi de 1,90 filhos, bem inferior ao do Censo 2000, que apresentou taxa de fecundidade de 2,38 filhos por mulher. A Tabela 1 mostra que o declínio dos níveis de fecundidade a partir de 1980 ocorreu em todas as grandes regiões brasileiras.

7

Tabela 1 – Taxa de fecundidade total - Segundo as Grandes Regiões, 1940 / 2010

Grandes Regiões	Taxas de fecundidade total							
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	6,16	6,21	6,28	5,76	4,35	2,89	2,38	1,90
Norte	7,17	7,97	8,56	8,15	6,45	4,20	3,16	2,47
Nordeste	7,15	7,50	7,39	7,53	6,13	3,75	2,69	2,06
Sudeste	5,69	5,45	6,34	4,56	3,45	2,36	2,10	1,70
Sul	5,65	5,70	5,89	5,42	3,63	2,51	2,24	1,78
Centro-Oeste	6,36	6,86	6,74	6,42	4,51	2,69	2,25	1,92

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940 / 2010.

Nota: Reproduzido em IBGE (2012b, p. 73).

Desagregando os dados da TFT do ano 2010 para as Grandes Regiões temos: região Norte com 2,47 filhos por mulher é a única região do país que não alcançou o nível de reposição; a região Nordeste, apesar de ainda apresentar uma taxa de fecundidade acima da média nacional, alcança o nível de reposição, com 2,06 filhos por mulher; a região Sudeste com 1,70 continua apresentando a mais baixa taxa de fecundidade do país; seguida da região Sul com 1,78; e região Centro-Oeste com 1,92. Os diferenciais regionais também diminuíram no ano 2010. No ano 2000, uma mulher nortista tinha 1,06 filho a mais que uma residente na região Sudeste, que apresentou a mais baixa taxa de fecundidade naquele ano. Apesar de a região Norte continuar mantendo a mais elevada TFT do país, este diferencial caiu para 0,77 filho em 2010 quando comparado com a região Sudeste.

Os Censos 2000 e 2010 mostram também que os maiores diferenciais no declínio da fecundidade foram observados nas regiões Norte, quando houve uma redução de 0,69 filho, e região Nordeste, com 0,63. Portanto, é lícito considerar que, embora a taxa de

fecundidade da mulher nortista seja a mais alta do país, já apresenta valores próximos aos de reposição.

Os diferenciais regionais da fecundidade também se manifestam quando este indicador é calculado considerando-se a situação do domicílio urbano e rural da população. No ano 2000, a taxa de fecundidade total na área rural brasileira era de 3,49 filhos por mulher, 1,31 filho a mais que a observada nas áreas urbanas, que era de 2,18 filhos. Na última década, a fecundidade nas áreas rurais caiu para 2,63 filhos por mulher, enquanto nas áreas urbanas esse indicador chegou a 1,79 filho. A diferença declina então para 0,8 filho, em 2010 (Tabela 2) (IBGE, 2012b).

Tabela 2 – Taxa de fecundidade total por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2000/2010

Grandes Regiões	Taxa de fecundidade total, por situação do domicílio					
	2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Brasil	2,38	2,18	3,49	1,90	1,79	2,63
Norte	3,16	2,71	3,83	2,47	2,21	3,43
Nordeste	2,69	2,32	3,81	2,06	1,89	2,65
Sudeste	2,10	2,02	2,92	1,70	1,67	2,24
Sul	2,24	2,14	2,75	1,78	1,72	2,20
Centro-Oeste	2,25	2,18	2,88	1,92	1,85	2,67

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Nota: Reproduzido em IBGE (2012b, p. 75).

Um exame da Tabela 2 mostra que as áreas rurais de todas as Grandes Regiões ainda mantêm taxas de fecundidade mais elevadas que as correspondentes às áreas urbanas, apresentando valores ainda acima do nível de reposição em todas elas.

A Região Norte foi a que apresentou a taxa de fecundidade mais alta em áreas rurais no ano 2010, de 3,43 filhos por mulher, semelhante a patamares observados em meados da década de 1980 para o conjunto da população brasileira. Nas áreas urbanas, com

exceção da Região Norte, que tem uma fecundidade de 2,21 filhos, já se observam níveis abaixo da reposição populacional. “Contudo, os diferenciais históricos existentes entre as áreas urbanas e rurais em relação ao padrão de família desejado e à forma de implementação desse padrão, especialmente através da contracepção, parece ter diminuído” (IBGE, 2012b, p. 74).

De acordo com o IBGE (2012b, p. 79), nas últimas décadas, observou-se uma significativa elevação do nível de instrução das mulheres no Brasil. E acrescenta:

Uma das variáveis clássicas consideradas no estudo dos condicionantes da fecundidade, exercendo influência fundamental nos seus níveis, padrões e tendências, diz respeito à instrução da mulher, uma vez que se constitui no mediador por excelência do conhecimento, capacidade de assimilação e difusão de comportamentos reprodutivos condizentes com os contextos social e econômico aos quais está exposta a população.

Nesse sentido, a diminuição da taxa de fecundidade com o aumento do nível de instrução das mulheres ocorreu, no decênio 2000 / 2010, independentemente da região de residência da mulher, como pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3 – Taxas de fecundidade total, por nível de instrução das mulheres, segundo as Grandes Regiões – 2000/2010

Grandes Regiões	Taxa de fecundidade total, por nível de instrução das mulheres							
	Sem instrução e fundamental incompleto		Fundamental completo e médio incompleto		Médio completo e superior incompleto		Superior Completo	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	3,43	3,09	2,25	2,54	1,46	1,34	1,13	1,14
Norte	4,23	3,67	2,50	2,76	1,73	1,52	1,30	1,36
Nordeste	3,65	3,12	1,94	2,33	1,48	1,38	1,14	1,24
Sudeste	3,16	2,69	2,22	2,16	1,42	1,29	1,10	1,10
Sul	3,17	2,84	2,21	2,46	1,44	1,32	1,13	1,15
Centro-Oeste	3,10	2,96	2,30	2,55	1,51	1,44	1,30	1,22

Fonte: IBGE, censo demográfico 2000/2010.

Nota: Reproduzido em IBGE (2012b, p. 80).

Quando se analisa os extremos, ou seja, o grupo das mulheres brasileiras sem instrução e ensino fundamental incompleto comparativamente ao grupo das mulheres com ensino superior completo na última década, observa-se uma diminuição da diferença entre as

taxas de fecundidade das mulheres menos escolarizadas e as das mais escolarizadas. Enquanto no ano 2000, essa diferença era de 2,30 filhos por mulher, no ano 2010, essa diferença passou a ser de 1,95 filhos. Também as mulheres sem instrução ou com fundamental incompleto apresentaram uma importante redução da fecundidade, de 3,43 filhos em 2000 para 3,09 filhos em 2010.

10

Nota-se que a maior taxa de fecundidade total é observada na região Norte em todos os graus de instrução tanto no ano 2000 como em 2010. Para o grupo de mulheres sem instrução e fundamental incompleto da Região Norte, a taxa de fecundidade total no ano 2010 é de 3,67 filhos, enquanto a menor taxa do grupo de mulheres com ensino superior completo é observada na Região Sudeste, com 1,10 filhos por mulher. A distância que separa, portanto, a fecundidade das mulheres menos instruídas da Região Norte da fecundidade das que possuem alta escolaridade da Região Sudeste, foi de 2,57 filhos no ano 2010. No ano 2000, a diferença entre as mesmas desagregações era de 3,13 filhos.

No ano 2010, as mulheres nortistas sem instrução e ensino fundamental incompleto tinham uma TFT de 3,67 filhos, enquanto as que possuíam ensino superior completo tinham uma TFT de 1,36 filhos. Na região Sudeste, os valores das TFT para as referidas desagregações foram de 2,69 e 1,10 filhos respectivamente. Nota-se, portanto, que mesmo dentro de uma mesma região, as mulheres com menor nível de instrução chegam a ter, em média, mais que o dobro do número de filhos das mulheres mais escolarizadas.

De acordo com o IBGE (2012b), com o aumento do nível de instrução da mulher, o padrão etário da fecundidade passa a ter um contorno mais tardio. No entanto, as mulheres com nível de instrução até o ensino médio incompleto ainda apresentam um padrão de fecundidade extremamente jovem, aonde a maior contribuição da fecundidade vem daquelas pertencentes ao grupo com idades de 20 a 24 anos. Entre aquelas com nível de instrução médio completo e superior incompleto, observa-se um comportamento do padrão da fecundidade mais dilatado, com concentração no grupo de 25 a 29 anos de idade, enquanto no grupo de mulheres com ensino superior completo a maior contribuição da fecundidade vem daquelas com idades de 30 a 34 anos.

Outra importante variável considerada como condicionante da fecundidade é o rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*. Nesse contexto, quanto maior a condição econômica das famílias mais aumenta o desejo e a condição das mulheres quanto à regulação dos nascimentos e conseqüentemente, mais baixa é a fecundidade.

De acordo com o censo de 1991, as mais altas taxas de fecundidade total foram observadas em famílias que declararam não ter nenhum tipo de rendimento, revelando diferenciais bastante significativos entre a fecundidade desse estrato e a fecundidade observada na categoria de mais alta renda per capita, ou seja, mais de 5 salários mínimos. Na Região Norte, por exemplo, essa diferença variou em 4,53 filhos por mulher, além de apresentar a mais alta fecundidade entre as famílias com renda per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, 6,80 filhos por mulher, e uma diferença entre esta taxa e a observada no estrato de renda mais alto de 5,36 filhos. Em 2000, essa diferença reduziu para 3,88 filhos por mulher. Isto quer dizer que as mulheres situadas nas classes menos favorecidas e residentes na Região Norte, considerada economicamente menos desenvolvida, têm menores possibilidades de acesso aos mecanismos que proporcionam, de alguma forma, a regulação dos nascimentos do que aquelas residentes em regiões mais desenvolvidas.

Nas cinco Grandes Regiões brasileiras, a fecundidade das mulheres com estrato de renda mais alto foram estimadas, no ano 2000, em valores muito próximos de 1 filho por mulher, mesmo assim, a maior evidência foi registrada para as mulheres residentes na Região Norte do País. Evidentemente, como o rendimento familiar constitui um atributo da família como um todo, nas camadas de rendimento familiar mais elevado, são maiores as chances das mulheres em idade reprodutiva possuírem escolaridade mais elevada, contribuindo, assim, para a incidência de níveis muito baixos de fecundidade.

As mulheres que, em 2010, viviam em um domicílio com rendimento *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo apresentam uma fecundidade ainda muito alta para os padrões recentes brasileiros, de 3,90 filhos. Por outro lado, as mulheres cujo rendimento domiciliar *per capita* é de mais de 1 salário mínimo já apresentam níveis de fecundidade muito baixos, como por exemplo, as mulheres que residiam em domicílios que possuíam rendimento nominal *per capita* de mais de 5 salários mínimos, apresentam uma fecundidade de menos de 1,0 filho por mulher (IBGE, 2012b).

Além da correlação entre a situação do domicílio e outras variáveis condicionantes da fecundidade, como escolaridade da mãe e rendimento, é possível que o contexto urbano ainda proporcione às mulheres maior facilidade de escolha e acesso aos métodos disponíveis que permitem um maior controle do número de nascimentos (IBGE, 2012b. p. 74).

Diferenças significativas também marcam o regime da fecundidade nas Unidades da Federação, embora em todas elas tenha ocorrido aumento no percentual de mulheres com baixos níveis de fecundidade. O estreitamento dos diferenciais de fecundidade entre as diversas desagregações geográficas do país vem sendo ocasionado, principalmente na atualidade, pelas quedas mais pronunciadas observadas nas áreas de menor desenvolvimento econômico e social, como é o caso dos Estados das regiões Norte e Nordeste, como evidencia a Tabela 4, que mostra a diferença entre as mais elevadas e as mais baixas TFT entre as Unidades da Federação no período 1991 / 2010.

Tabela 4 – Unidades da Federação de mais elevada e de mais baixa Taxa de Fecundidade Total (TFT), 1991 / 2010

UF de mais elevada TFT	1991	2000	2010	UF de mais baixa TFT	1991	2000	2010
Acre	4,90	3,43	2,82	Distrito Federal	2,37	1,96	1,74
Amapá	4,62	3,60	2,60	Espírito Santo	2,75	2,16	1,80
Amazonas	4,47	3,40	2,66	Goiás	2,50	2,24	1,86
Alagoas	4,05	3,14	2,22	Minas Gerais	2,67	2,22	1,77
Maranhão	4,64	3,21	2,50	Paraná	2,61	2,31	1,85
Pará	4,19	3,16	2,43	Rio de Janeiro	2,10	2,04	1,68
Piauí	3,78	2,66	1,97	Rio G. do Sul	2,39	2,17	1,75
Roraima	3,99	3,20	2,52	São Paulo	2,28	2,05	1,67
Tocantins	3,86	2,93	2,33	Santa Catarina	2,57	2,22	1,72

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 / 2010.

Nota: Elaborado pela autora com base em IBGE (2003b, pp.59-60; 2012a, p. 77).

A Tabela 4 mostra que o estado do Pará encontra-se, no período analisado, entre os estados de mais elevada TFT, mesmo assim, sofreu uma redução entre 1991 e 2010 de 1,76 filhos por mulher e, na última década (2000-2010), a fecundidade da mulher paraense sofreu uma redução de 19%. Em 1991, o Acre era o estado com a mais elevada taxa de fecundidade, com 4,9 filhos por mulher, ao passo que o Rio de Janeiro posicionava-se no outro extremo, com 2,1. Naquele ano, a diferença entre um estado e outro representava 2,8 filhos. Dezenove anos mais tarde, observa-se a diminuição da diferença entre as Unidades da Federação que ocupam as posições extremas, ou seja, o estado do Acre, com 2,82 filhos por mulher e São Paulo, com 1,67. A diferença entre a mais elevada e a mais baixa taxa de fecundidade diminuiu, então, para 1,15 filhos.

O fator que explica as fortes quedas nos níveis de fecundidade nos estados da região Norte desde 1980 apesar de seu desenvolvimento econômico e social tardio é o uso de métodos anticoncepcionais, sobretudo a esterilização, que foi o procedimento mais utilizado pelas mulheres, conforme argumenta Simões (2006, p. 59): “O uso desse procedimento, por ter sido mais intenso, exatamente naqueles estratos sociais mais carentes, teve fortes efeitos na aceleração da redução em seus níveis de fecundidade”.

PADRÕES DE FECUNDIDADE

O procedimento utilizado para avaliar o padrão etário da fecundidade consiste no exame da distribuição relativa percentual das Taxas Específicas de Fecundidade (TEF) de cada grupo de idade, calculada em relação ao total da fecundidade.

As TEF por idade da mulher constituem a medida mais refinada da fecundidade e “refere-se ao quociente entre o número de filhos tidos nascidos vivos de mães em um determinado grupo etário e o número de mulheres neste mesmo grupo, indicando o número médio de filhos que uma mulher teria dentro daquele grupo etário” (IBGE, 2012a, p. 78). Vale esclarecer que o cálculo da TEF só é possível quando, além do número total de filhos tidos nascidos vivos e do número de filhos nascidos vivos nos 12 meses que antecede os censos, se dispõe desses dados classificados segundo a idade da mãe.

Nesse contexto, o padrão de fecundidade das brasileiras, que até a década de 1970 era *tardio*, ou seja, com concentração nos grupos etários de 25 a 29 ou de 30 a 34 anos, passou a ser tipicamente *jovem*, com maior taxa específica entre as mulheres de 15 a 19 e de 20 a 24 anos de idade, até o final da década de 1990. Durante a década de 1980, a fecundidade permanece em franco processo de declínio, impulsionado pela difusão e utilização, por parte das mulheres, dos métodos anticoncepcionais reversíveis e a esterilização feminina, especialmente por grupos etários mais velhos, que foi especialmente relevante para a mudança na estrutura da fecundidade por grupos de idade (IBGE, 2003b).

No período entre 1980 e 2000, os censos demográficos do IBGE constataram que as TEF reduziram-se em todos os grupos etários, exceto o segmento de 15 a 19 anos, como resultado, provavelmente, da *revolução sexual*, que dissocia sexualidade do casamento (IPEA, 2008; Therborn, 2006). Para o IBGE (2003b, p. 65), o aumento na contribuição das mulheres jovens nas taxas de fecundidade total, durante o período analisado “foi condicionado por

perdas no peso relativo da fecundidade das mulheres com idades acima dos 25 anos, as quais deram prosseguimento à regulação dos nascimentos mediante o uso de algum meio anticoncepcional”.

No período entre 2000 a 2010, o padrão de fecundidade das mulheres brasileiras sofreu alterações. Em 2010, ocorre uma mudança, e os grupos de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos de idade, que concentravam 18,8% e 29,3% da fecundidade total em 2000 respectivamente, passaram a concentrar 17,7% e 27,0% em 2010. Para os grupos de idade acima de 30 anos, observa-se um aumento de participação relativa, de 27,6% em 2000 para 31,3% em 2010 (IBGE, 2012a), indicando que o padrão da fecundidade no Brasil caminha para o tipo *dilatado*, quando praticamente não há diferença entre os valores correspondentes às faixas etárias 20 a 24 e 25 a 29 anos, provavelmente em decorrência, entre outros fatores, do enorme salto que deram as mulheres no mercado de trabalho, representando hoje mais da metade da População Economicamente Ativa (PEA), com 52,6%, enquanto em 1980 não ultrapassava os 30,1% (IPEA, 2008), o que pode estar adiando a maternidade dessas mulheres.

No período 2000 a 2010, a fecundidade das jovens de 15 a 19 anos declinou em todas as regiões do país, como pode ser observado na Tabela 5, no entanto, as taxas mais elevadas continuam sendo observadas na região Norte, que se apresentam bem acima da média nacional, enquanto as mais baixas são observadas na região Sudeste.

Tabela 5 – Taxa de fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos de idade, segundo as Grandes Regiões, 1980/2010

Grandes Regiões	1980	1991	2000	2010
	Por			Mil
Brasil	79	87	89	67
Norte	127	135	137	106
Nordeste	91	96	101	78
Sudeste	66	71	72	52
Sul	70	75	78	55
Centro-Oeste	97	99	100	71

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980-2010.

Nota:

- 1) Dados aproximados.
- 2) Elaborado pela autora com base em IBGE (2002, p. 16; 2003a, p. 65; 2012a, p. 78).

A partir do censo demográfico 2000, o IBGE passa a investigar o número de filhos tidos nascidos vivos das mulheres a partir do grupo etário 10 a 14 anos de idade, no

entanto, os resultados não têm sido divulgados nas publicações do IBGE. Por outro lado, uma das informações importantes inferidas nas estatísticas do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos do Ministério da Saúde (SINASC / DATASUS), a partir dos anos de 1990, se refere ao comportamento reprodutivo das mulheres brasileiras, que permite aos estudos de demografia, mesmo que com menor precisão, a avaliação dos níveis e padrões da fecundidade em nível nacional, regional, estadual e municipal, através da análise da Taxa de Fecundidade Global (TFG). Com base na relação entre o número de filhos nascidos vivos ocorridos em um ano e o contingente de mulheres em idade fértil daquele mesmo ano, obtêm-se a TFG, ou seja, mede-se o número anual médio de nascidos vivos por mil mulheres em idade reprodutiva.

Nesse sentido, os resultados da análise da fecundidade das meninas de 10 a 14 anos, ocorridos no Brasil, suas regiões e Unidades da Federação para o período 1996 / 2010, tiveram por base os dados do SINASC. Tais resultados podem ser apreciados na Tabela 6 e na Figura 2.

Tabela 6 – Taxa de fecundidade das mulheres de 10 a 14 anos de idade, segundo as Grandes Regiões, 1996/2010

Grandes Regiões	1996	2000	2010
	Por		Mil
Brasil	2,87	3,38	3,20
Norte	4,45	5,46	5,63
Nordeste	2,58	3,72	3,98
Sudeste	2,36	2,53	2,15
Sul	3,18	3,14	2,46
Centro-Oeste	4,65	4,25	3,41

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos 1996, 2000 e 2010.

Nota: Elaborado pela autora com base em DATASUS: (<http://tabnet.datasus.gov.br>).

Os resultados da Tabela 6 mostram que, no período de 1996 a 2000, a fecundidade das mulheres de 10 a 14 anos para o conjunto do País, experimentou uma relativa elevação, passando de 2,87 filhos nascidos vivos para cada grupo de mil mulheres da referida faixa etária, em 1996, para 3,38%o no ano 2000, caindo para 3,20%o no ano 2010. Nota-se que o Sudeste, embora também apresente nível ascendente entre os anos 1996 e 2000 e redução no ano 2010, é a única região que apresenta taxas no número anual de nascidos vivos para o grupo de mulheres de 10 a 14 anos de idade abaixo da média nacional nos três anos considerados (2,36%o em 1996; 2,53%o em 2000; e 2,15%o em 2010). Observa-se, entretanto, que na região Norte, as mulheres com idades entre 10 a 14 anos, tem comportamento reprodutivo inverso ao do total do país, com sucessivos aumentos na taxa específica de

fecundidade, de forma que em 1996, para cada grupo de mil mulheres na referida faixa etária, 4,45 já havia se tornado mãe. No ano 2000, a respectiva taxa na região Norte atinge a cifra de 5,46‰, revelando situação extrema em 2010, chegando a 5,63‰.

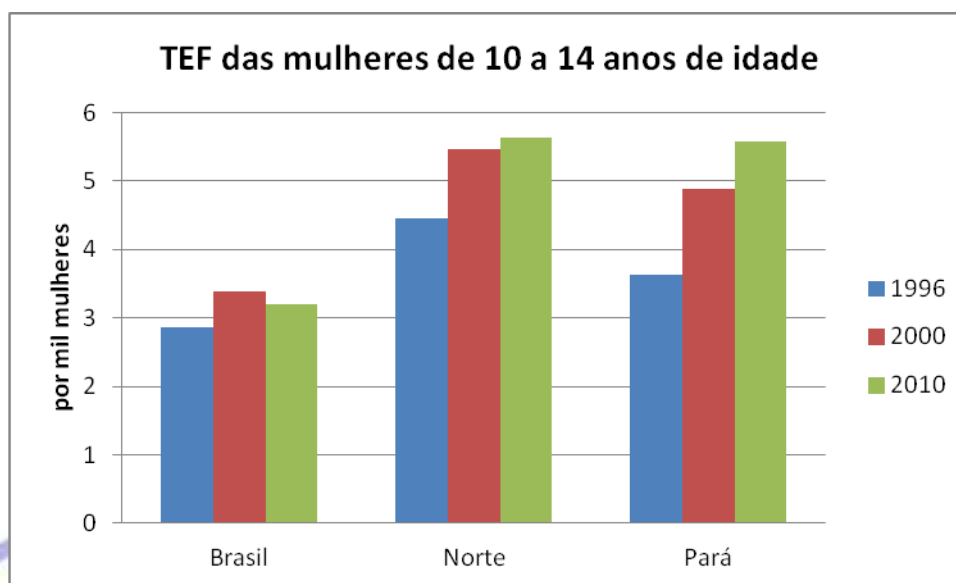
A Tabela 6 evidencia também que a região Nordeste, embora apresente níveis ascendentes de fecundidade do grupo etário 10 a 14 anos, os valores apresentam-se próximos ao da média nacional. Quanto às regiões Sul e Centro-Oeste, apesar de apresentarem valores acima da média nacional, apresentam também sucessivas quedas no número anual médio de nascidos vivos dentro do período analisado.

No estado do Pará, a taxa de fecundidade revelou sucessivos aumentos para as mulheres com idades entre 10 e 14 anos, que corresponderam a valores de 3,63‰, em 1996; 4,89‰ em 2000; e 5,57‰ em 2010.

O IBGE (2009) chama atenção para a exposição à vulnerabilidade, tanto na saúde quanto social, que atinge este segmento da população feminina brasileira mais jovem. Nesse sentido, as elevadas taxas de fecundidade das adolescentes na Amazônia são preocupantes e exigem soluções prementes, principalmente quando se pensa em termos de políticas públicas relacionada à saúde, educação e profissionalização, as quais se mostram pouco eficientes na região.

Um exame da Figura 2 mostra que embora tenha havido uma pequena redução na taxa de fecundidade, para o grupo de mulheres entre 10 e 14 anos de idade no conjunto do país entre o ano 1996 e 2010, a região Norte e o estado do Pará apresentaram elevações significativas na taxa correspondente a esse segmento populacional.

Figura 2 – Taxa específica de fecundidade das mulheres de 10 a 14 anos, 1996 / 2010



Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos 1996, 2000 e 2010.

Nota: Elaborado pela autora com base em DATASUS: (<http://tabnet.datasus.gov.br>).

Vale esclarecer que o grupo etário de 20 a 24 anos ainda responde pela maior porcentagem da fecundidade nacional, no entanto, com o aumento da participação na faixa acima de 30 anos, a idade média da fecundidade das brasileiras passou de 26,3 anos em 2000 para 26,8 em 2010, em 1970, era de 29,9. A idade média da fecundidade da Região Norte manteve-se constante entre 2000 e 2010, em 25,8 anos, em 1970 esse indicador era de 29,6, enquanto na Região Nordeste esse indicador oscilou de 26,4 para 26,5 anos entre 2000 e 2010. As idades médias da fecundidade nas Regiões Sudeste e Sul, em 2000, que eram de 26,5 anos e 26,7 anos, respectivamente, passaram para 27,3 anos e 27,4 anos, respectivamente, em 2010, enquanto a Região Centro-Oeste, onde a idade média da fecundidade passou de 25,2 anos para 26,4 anos, foi a que apresentou o mais pronunciado envelhecimento do padrão da fecundidade (IBGE, 2003b; 2012a). A Tabela 7 evidencia a idade média da fecundidade para o Brasil e grandes regiões no período 1970 a 2010.

Tabela 7 – Brasil: Idade média da fecundidade por Grandes Regiões, 1970-2000

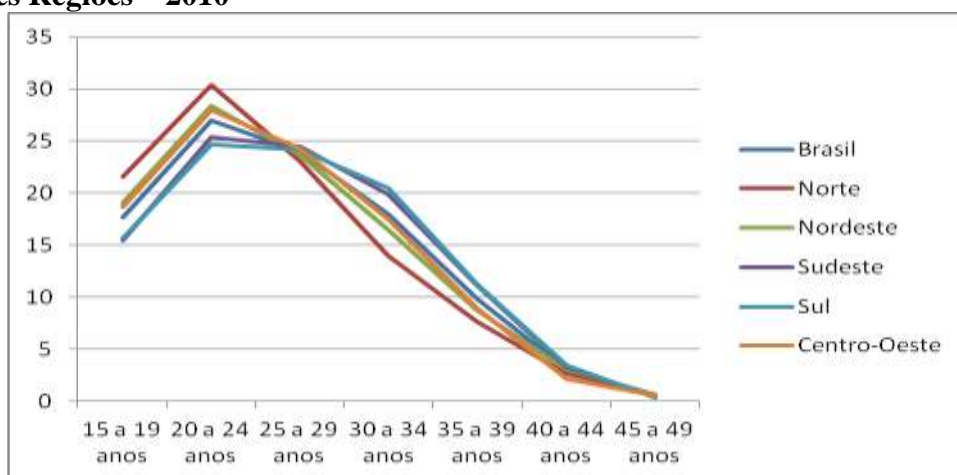
Grandes Regiões	1970	1980	1991	2000	2010
Norte	30,6	29,2	27,5	25,7	
Nordeste	30,5	29,7	28,1	26,4	
Sudeste	29,4	28,3	26,8	26,5	
Sul	29,5	28,4	27,0	26,6	

Centro-Oeste	29,7	28,1	25,9	25,2
Brasil	29,9	28,9	27,2	26,3

Fonte: Adaptado de IBGE (2003b, p. 71-72; 2012a, p. 80)

O comparativo regional mostra que as Regiões Norte e Nordeste, apesar de terem tido uma redução significativa na taxa de fecundidade entre 2000 e 2010, foram as que menos apresentaram mudanças na distribuição por idade. Isso indica que nestas regiões a fecundidade caiu aproximadamente com a mesma intensidade em todos os grupos etários. Assim, o diferencial entre os padrões da fecundidade por idade entre as Grandes Regiões é dado basicamente pelas diferenças existentes entre as taxas específicas nas idades mais jovens, como mostra a Figura 3 e Tabela 8. A Região Norte, por exemplo, que apresenta as maiores taxas específicas nos grupos etários com até 29 anos de idade, é a que tem o padrão mais jovem, sendo bastante concentrado no grupo de 20 a 24 anos de idade. Por outro lado, as Regiões Sul e Sudeste apresentaram uma estrutura de fecundidade mais envelhecida, concentrada nas idades finais dentro do período fértil, já que nessas regiões, a redução dos nascimentos entre a população feminina de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos de idade foi mais acentuado (IBGE, 2012a; 2012b).

Figura 3 – Distribuição percentual das taxas específicas de fecundidade, segundo as grandes Regiões – 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940/2010.

Nota: Adaptado de IBGE (2012a, p. 79)

Tabela 8 – Distribuição relativa das taxas específicas de fecundidade, por idade, segundo as Grandes regiões, 2010

Distribuição relativa das taxas específicas de fecundidade (%)
--

Grandes Regiões	15 a 19 anos	20 a 24 Anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos
Brasil	17,7	27,0	24,0	18,0	9,9	3,0	0,5
Norte	21,6	30,4	23,1	14,0	7,7	2,6	0,6
Nordeste	19,1	28,4	23,7	16,5	8,8	3,0	0,6
Sudeste	15,5	25,4	24,5	19,9	11,2	3,2	0,4
Sul	15,7	24,7	24,2	20,5	11,3	3,4	0,3
Centro-Oeste	18,7	28,0	24,3	17,5	9,0	2,1	0,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Nota: Adaptado de IBGE (2012a, p. 79).

A literatura em geral registra também que existem diferenças na estrutura etária da fecundidade conforme a condição socioeconômica das mulheres, sendo a fecundidade mais rejuvenescida nos grupos menos instruídos, bem como nos menos favorecidos economicamente de forma que, para o IPEA (2008, p. 10), “dentre todas as variáveis consideradas, a renda é a que parece exercer o maior impacto nos níveis de fecundidade”. Para Cavasin et al. (2004), ao contrário, a escolaridade expressa uma série de outros indicadores sociais, principalmente a renda. Para essa autora, a escolaridade desempenha um papel central na maneira como as mulheres irão conduzir sua vida.

No Brasil, enquanto o padrão etário da fecundidade no grupo de mulheres de mais elevada instrução (8 anos e mais de estudo) apresenta, no período 1970-2010, uma conformação mais dilatada e tardia, no grupo de mulheres com menos de 8 anos de instrução esse padrão vai adquirindo um contorno mais jovem, com as maiores concentrações nas idades de 15 a 24 anos (SIMÕES, 2006; IBGE, 2012b).

Como o padrão etário da fecundidade vai adquirindo um contorno tardio na medida em que se elevam os anos de estudo das mulheres, dados do IBGE (2003b; 2012b) indicam que o ponto modal do padrão etário da fecundidade para as mulheres do grupo sem instrução até o grupo com 7 anos de estudo, esteve concentrado no período entre 1991 e 2010 no grupo etário 20 a 24 anos, para as mulheres com 8 a 10 anos de estudo, nos referidos períodos, o ponto modal está se deslocando do grupo 20 a 24 anos para o grupo 25 a 29 anos, enquanto para as mulheres com 11 anos ou mais de estudo o ponto modal se concentrou no grupo 25 a 29 anos de idade, com ligeiro deslocamento para o grupo de 30 a 34 anos de idade tanto no ano 2000 como em 2010. Para as mulheres com ensino superior completo, o ponto modal da fecundidade está concentrado, no ano 2010, no grupo de mulheres de 30 a 34 anos de idade.

Simões (2006) chama atenção para o fato de que as novas gerações tendem a melhorar seu nível de escolaridade e com tendências a romper com a cultura da esterilização como opção de anticoncepção, ou seja, a tendência esperada é de que no futuro, predomine o padrão etário de fecundidade dos grupos de mais elevada instrução. Nesse sentido, o IBGE (2003b) adverte para o fato de que as mulheres de mais elevada instrução estarão em melhores condições de escolher o momento mais apropriado do início de sua vida reprodutiva, contanto que haja mudança no procedimento de controle de reprodução.

As mulheres de diferentes níveis de rendimento apresentam também comportamentos reprodutivos por idade bastante distintos, sendo a tendência geral uma fecundidade mais envelhecida para as mulheres de maior rendimento. No ano 2000 e no ano 2010, para as mulheres cujo rendimento nominal mensal familiar per capita era de até 2 salários mínimos, o ponto modal do padrão etário concentrou-se no grupo 20 a 24 anos de idade, para as mulheres cujo rendimento era de mais de 2 até 5 salários mínimos o ponto modal concentrou-se, no ano 2000, no grupo etário 25 a 29 anos, no ano 2010, para as mulheres com a mesma classe de rendimento, a fecundidade passou a ser concentrada entre aquelas de 30 a 34 anos, enquanto para aquelas cujo rendimento era maior que 5 salários mínimos, a curva deslocou-se para o grupo cuja faixa etária é de 30 a 34 anos de idade no ano 2000 e já apresenta um ligeiro deslocamento para o grupo cuja faixa etária é de 35 a 39 anos no ano 2010.

Percebe-se, portanto, que cada vez mais emerge a relação entre “altos rendimentos das famílias e o aumento da instrução da mulher, exercendo efeito sobre a fecundidade, no sentido de que este grupo particular apresente baixos níveis de fecundidade e um padrão tardio” (IBGE, 2003b, p. 86).

CONCLUSÕES

O declínio espetacular da fecundidade brasileira nas últimas três décadas do século XX, e da região Norte em particular, mesmo que mais tardiamente, confirmam a transição da fecundidade para níveis e padrões decididamente mais baixos, principalmente quando se consideram aspectos socioeconômicos como a educação e a renda, além de outros, que podem determinar mudanças relevantes no comportamento reprodutivo das mulheres.

Com efeito, a generalização dos meios de comunicação e o maior acesso das mulheres à métodos anticoncepcionais modernos e eficazes, podem proporcionar para um futuro próximo, uma transição ainda mais veloz da fecundidade para a Região Norte e Estado do Pará, que persistem em apresentar taxas elevadas quando comparadas em nível nacional e regional. Nesse contexto e, principalmente a partir dos anos de 1990, o declínio da fecundidade no norte do país começa a ser proporcionalmente maior do que o das regiões mais desenvolvidas, evidenciando a tendência generalizadora e homogeneizadora do processo de transição da fecundidade, que tem alcançado áreas e grupos sociais onde essa componente demográfica era, até então, mais elevada.

Em que pesem os avanços da modernização na Região Norte e, particularmente no Estado do Pará, é bem provável que as mulheres, e também os homens, inclusive das camadas menos favorecidas da população, busquem alternativas de planejamento de sua prole que sejam adequadas às suas necessidades reprodutivas. Contudo, o movimento de transição para níveis baixos de fecundidade na região Norte e no Estado do Pará, está produzindo, como em todo o país, implicações na dinâmica demográfica, como a maior participação da mulher no mercado de trabalho e a redução na razão de dependência.

REFERÊNCIAS

- BERQUÓ, E. (1980). Fecundidade. In: Santos, J. L. F., Levy, M. S. F. & Szmrecsányi, T. (Orgs.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo, S.P.: Quieroz Editora Ltda, 1980. pp. 21-85.
- BERQUÓ, Elza. Evolução demográfica. In: SACHES, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sergio (Orgs.). **Brasil: Um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 14-37.
- BERQUÓ, Elza; CAVENAGHI, Suzana. A evolução da fecundidade no Brasil. **Ciência Hoje: Revista de divulgação científica da Sociedade Brasileira de Pesquisa Científica (SBPC)**, v. 37, n. 219, p. 28-33, set. 2005.
- CAMARANO, Ana Amélia; CARNEIRO, Isabella G. Padrões de formação de família por regiões brasileiras e grupos sociais: Diferenças ou semelhanças? **XI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP**. Caxambú, 1998.

CAVASIN, S., UNBEHAUM, S., SILVA, V. N., FRANCO, M. H. & MELO, H. “**Gravidez de Adolescentes entre 10 e 14 anos e Vulnerabilidade Social**”: Estudo Exploratório em Cinco Capitais Brasileiras. São Paulo, 2004. Recuperado em 29 de dezembro de 2011, de www.ecos.org.br/download/Pesquisa%20Gravidez%20na%20Adolescencia%20-%20Março2004.pdf

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003a. 127 p.

_____. **Censo Demográfico 2000: Nupcialidade e Fecundidade**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003b. Resultados da Amostra.

_____. **Fecundidade e mortalidade infantil, resultados preliminares da amostra 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007a.

_____. **Tendências Demográficas: Uma Análise da População com Base nos Resultados dos Censos Demográficos 1940 e 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007b.

_____. **Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2009.

_____. **Censo Demográfico 2010: Resultados Gerais da Amostra**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2012a.

_____. **Censo Demográfico 2010: Nupcialidade, fecundidade e migração – resultados da amostra**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2012b.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **PNAD 2007, Primeiras Análises: Demografia e Gênero**. Brasília: Comunicado da Presidência, 2008.

SIMÕES, Celso Cardoso da S. **A transição da fecundidade no Brasil: análise de seus determinantes e as novas questões demográficas**. São Paulo: Arbeit Factory Editora e Comunicação, 2006.

THERBORN, G. **Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000**. São Paulo, S. P.: Contexto, 2006.